



A EXCLUSÃO SOCIAL TRAVESTIDA DE INCLUSÃO SOCIAL: ANÁLISE DOS PROCESSOS GRUPAIS DE EDUCADORES E ADOLESCENTES CONSIDERADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL

Soráia Georgina Ferreira de Paiva Cruz, Juliana Uesono, Daniele Moreno Passos, Paula Ione da Costa Quinterno Fiochi, Danilo Lima Tebaldi, Marina Bevilacqua Alves de Lima, Sara Gobbo, Camila Ramos Pereira, Julliana Borges Polastrini, Roberta Grangel da Silva, Elizandra Prates de Oliveira, Ludimila Palucci Calsani.
Grupo de pesquisa Psicologia e Instituições (CNPq)- Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, cidade de Assis, São Paulo, Brasil.
E-mail: sacruz@assis.unesp.br

A presente pesquisa- intervenção é realizada num Estabelecimento de assistência à infância e adolescência considerada de risco pessoal e social situado numa cidade no interior do estado de São Paulo. Entidade esta que possui caráter filantrópico, assistencialista e caritativo com forte cunho religioso, sem fins lucrativos, mantida por parcerias e pela comunidade local. Foi fundada há trinta anos por um Frei da Ordem dos Capuchinhos.

Este se propõe a atender crianças e adolescentes com idades entre sete e dezessete anos. O critério usado para a seleção destas crianças é que os mesmos estejam devidamente matriculados em uma escola pública, com assiduidade comprovada. Essa população fica, dessa forma, apenas meio período na entidade e o outro na escola em que frequentam. As

vagas são preenchidas através de uma avaliação da situação familiar, dando-se preferência às famílias mais pobres. O local oferece as seguintes modalidades de atendimento: atividades educacionais; atividades lúdicas; atendimento psicológico e psicopedagógico; atendimentos assistenciais; cursos pré-profissionalizantes; higiene pessoal; ambiental e prevenção de doenças.

Fundada no início da década de setenta, a entidade nasce no bojo de acontecimentos sociais, como a ditadura militar e o Ato Institucional nº 5. Nesse período de terror, dá-se forma ao menor infrator e a infância perigosa (em situação irregular), tanto que num documento das Forças Armadas, esta sugere que essa população seja eliminada, com o argumento de que tal fato seria uma estratégia política, pois segundo suas previsões, essa população se tornaria maior que o número efetivo das Forças Armadas no ano de 2000.

Portanto, podemos perceber que quando o Frei há trinta anos atrás resolveu criar esse Estabelecimento, não foi apenas movido pela filantropia mas também pelo movimento da sociedade brasileira e de seus governantes que passaram a circular a idéia da infância e adolescência perigosa que deveria ser controlada. Para efetivar tal controle surgem as FUNABEMs e FEBEMs.

O aparelho estatal incentivou a criação desses estabelecimentos, bem como de programas de intervenções, que visassem uma reeducação dessas crianças e adolescentes para que estes não se tornassem futuros delinqüentes e marginais. E com esta “filosofia de trabalho” a figura de “criança e adolescente em situação de risco pessoal e social”, foi sendo construída historicamente, não de modo linear, mas em processos descontínuos, como nos diz Foucault (in Rabinow & Dreyfus, 1995).

Dentro desse contexto histórico surge o Estabelecimento em questão com o intuito de oferecer para essas crianças e jovens cursos pré- profissionalizantes, educação e lazer a fim de evitar que essa população ficasse vagando pelas ruas. De acordo com Rago (1985), a partir dessa ótica, há uma preocupação em tirar as crianças e os adolescentes da rua, pois esta era vista como uma “escola do mal”. A rua é concebida como um espaço de perniciosidade, periculosidade e marginalidade, e no seu viés, surge o Estabelecimento como uma espécie de “salvador” dos corpos, um espaço onde se pudesse retirar essas crianças e adolescentes para inseri-los nesta entidade. Tais práticas de atendimento vigoram até hoje reproduzindo através das mesmas, práticas pedagógicas de autoritarismo,

higienismo e tutela da população, justificando-se na medida em que a entidade atende a terceira geração de assistidos, ou seja, através destas práticas travestidas de ideais de inclusão social, geram a exclusão social.

Segundo o Relatório do Estabelecimento (1999), as crianças e adolescentes assistidos “apresentam-se em situação de risco pessoal e social, ainda que não em nível extremo. Mas, muito provavelmente poderão atingi-lo, uma vez que estão inseridos em um contexto familiar e social, cuja realidade engloba a drogadição, o alcoolismo, a prostituição e a criminalidade conforme as estatísticas mostram”.

Nesse sentido, percebe-se neste trecho, uma associação entre pobreza e criminalidade, quando apontam que crianças e adolescentes estão em situação de risco pelo fato de serem empobrecidos socialmente. Associação esta presente em todos os momentos da história da sociedade brasileira.

Consideramos que esta concepção reafirma estes lugares de marginais, de delinquentes, drogaditos perigosos, etc., na medida em que as ações desse estabelecimento estão voltadas para a “prevenção” das virtualidades desses modos de ser. Observamos que estas concepções/práticas são responsáveis pela manutenção de uma política de atendimento que já oferta seus serviços à terceira geração (avós, pais e agora filhos) e que dessa forma não propicia a esta população experimentar outros lugares, outras possibilidades que não as da exclusão social, do preconceito, da vitimização e dos processos de estigmatização.

Dentro dessa perspectiva, há três anos estamos desenvolvendo uma Análise Institucional no referido estabelecimento, a fim de darmos visibilidade aos jogos de forças institucionalizadas, evidenciando as práticas discursivas e não discursivas enunciadas pelos funcionários, pais, crianças e adolescentes atendidos pelo Estabelecimento.

Para tanto, efetuamos aproximadamente 60 entrevistas com pais, funcionários e população atendida, como também 115 triagens com os adolescentes. O objetivo foi levantar dados que nos possibilitassem explicitar as forças do desejo de transformação ou reprodução institucional. As triagens tinham o intuito de conhecê-los para a formação de grupos que problematizassem as relações, bem como as vivências cotidianas.

A análise das entrevistas nos mostrou um discurso homogêneo entre os diferentes segmentos, foi lugar comum ouvir: “aqui é o melhor lugar do mundo, tanto que já estamos

atendendo a terceira geração”; não constatamos também nenhuma vontade de mudança, revelou-se um desconhecimento do que vem a ser Projeto Pedagógico e falta de embasamentos teóricos que conceituassem a infância e a adolescência.

A análise das triagens nos possibilitou perceber e quebrar estereótipos da instituição, tais como: família desestruturada, pais drogados e presos, adolescentes com problemas de aprendizagem e psicológicos. Estes são mitos que a instituição se agarra para se manter através dos atos caridosos.

De acordo com este paradigma caritativo e assistencialista, instituições como esta adotam uma ética da caridade e compaixão, como nos fala Nietzsche, (In Caponi, 2000, p.18) estas ao mesmo tempo em que prometem auxílio e assistência, multiplicam os mecanismos de coerção, docilização e submissão. Dessa forma, esta ética se revela como uma tecnologia de poder, pois “insiste em aparecer sob a forma de um desapaixonado e necessário humanismo”. (Caponi, 2000, p.18).

Nesse sentido, através desses mitos, o estabelecimento se mantém ao longo dos anos na medida em que se evitaria possíveis gastos e danos ao município já que o local oferece cursos profissionalizantes, cuidados com a higiene e a saúde, assistência psicológica e pedagógica no sentido de prevenir possíveis prejuízos a cidade. Pois, segundo o olhar dos agentes institucionais e da população do município, essas crianças e adolescentes são vistos como tendo uma essencialidade de virtual delinquir e se este estabelecimento não existisse, eles estariam prostituindo-se, drogando-se e esmolando pelas ruas.

II- Referencial Institucionalista

O referencial institucionalista historiciza toda demanda e, se toda demanda é produzida, o projeto e o processo não são de descoberta ou de interpretação, mas sim de intervenção para que se produza a demanda como política ou micropolítica. Dessa forma, produzíamos uma demanda pelo dispositivo grupal para que pudéssemos intervir coletivamente.

Dois conceitos muito utilizados na Análise Institucional e que nortearam nosso trabalho são o de *auto-análise* e *autogestão*. Entendemos por auto-análise o processo de produção e apoderamento das potências por parte dos coletivos de um saber acerca de si mesmos, suas necessidades, desejos, demandas, problemas, soluções e limites. Segundo

Baremlitt (1994) esse saber se acha em geral apagado, desqualificado e subordinado pelos saberes científico-disciplinários, que não só estão em boa medida a serviço das entidades dominantes, (estado, capital, raça...) como também operam com critérios de verdade e eficiência que são imanentes aos valores de tais entidades. A auto-análise possibilita aos coletivos, o conhecimento e a enunciação das causas de sua alienação. A autogestão é, ao mesmo tempo, o processo e o resultado da organização independente que os coletivos se dão para gerenciar suas vidas. As comunidades instituem-se, organizam-se e estabelecem-se de maneiras livres e originais, dando-se os dispositivos necessários para gerenciar suas condições e modos de existência.

A Análise Institucional indica uma implicação num processo molecular, uma prática política que através de um dispositivo analítico de enunciação dá visibilidade às várias forças em jogo no campo social. Dessa forma, enquanto teoria/prática e método, permitiu-nos dar visibilidade aos jogos e redes de poderes (práticas de controle e tutela, gestão e disciplinarização dos corpos) e saberes (educacionais, psicopedagógicos, psicológicos, etc) que se conectam no sentido de produzir a homogeneização das subjetividades, exclusão social e também os movimentos de rupturas. Nesse sentido, investimos no campo grupal para que ele se auto-analisasse e autogestasse seus próprios conhecimentos acerca de seus desejos.

Devemos ressaltar que a Análise Institucional é uma corrente de pensamento transdisciplinar e transversalizada pela história, filosofia, movimentos sociais, economia, política, psicanálise, enfim, por uma multiplicidade de teorias. Portanto, é também um método de explicitações das relações instituídas e instituintes. “Instituinte seria o processo mobilizado por forças produtivo-desejante-revolucionárias, que tende a fundar instituições ou a transformá-las, como parte do devir das potências e materialidades sociais; e instituído seria o resultado da ação instituinte e teria uma tendência a permanecer estático e imutável, tornando-se assim resistente e conservador”. (Baremlitt, 1994)

III- Formação dos Grupos

Formamos então, cinco grupos de adolescentes e um de funcionários/educadores com 26 membros. No total de três anos de pesquisa/intervenção, trabalhamos com 15 grupos de adolescentes, de 10 a 20 membros cada e com um grupo de funcionários e

educadores durante todo o período, com o objetivo de dar visibilidade ao prático inerte instituído ou sejam as práticas discursivas e não discursivas, através da teoria/prática/método da Análise Institucional.

Segundo esta ótica, o dispositivo grupal é pensado por nós como produtor de acontecimentos, de estratégias e táticas de virtualização das diferenças, ou seja, de rupturas com o discurso e a prática homogeneizante. O grupo, por sua vez, é entendido como campo de forças e lugar de produção de modos de subjetivação e modos de singularização que visam rachar, criar fissuras naquilo que está cristalizado virtualizando outras inscrições sociais dos sujeitos.

Tomar o grupo enquanto dispositivo é acionar nele, segundo Barros (s.d) “sua capacidade de se transformar, se desterritorializar, irromper em devires que nos desloquem do lugar intimista e privatista em que fomos colocados como indivíduos. O contato com a multiplicidade pode então fazer emergir um território existencial não mais da ordem do individual (seja aqui de um indivíduo ou de um grupo), mas da ordem do coletivo”.

IV- Os analisadores históricos

São segundo Rodrigues (1992, p.42) “...um acontecimento, um movimento social, que vem ao nosso encontro, inesperadamente, condensando uma série de forças até então dispersas. Neste sentido, realiza a análise por si mesmo, a maneira de um catalisador químico de substâncias”.

Durante o tempo em que realizamos este trabalho encontramos como analisadores históricos do grupo de funcionários: a caridade como tecnologia de controle; a visão do adolescente como problemático, rebelde e indisciplinado; a relação patrão/empregado de forma fascista e autoritária do estabelecimento com a população atendida e seus próprios funcionários. Podemos exemplificar tal relação em uma Assembléia Geral com os funcionários, quando solicitado ao grupo que se posicionasse a respeito de um acontecimento em que um adolescente “faltou com respeito” para com a diretora do estabelecimento. Sugerimos ao grupo que ao invés de agirem como de costume, ou seja, suspendendo esses adolescentes, poderiam utilizar uma estratégia diferente tentando um diálogo com os mesmos. Logo isso colocado para grupo, a referida diretora se manifestou pela fala: *“Eu não sei o que faço então... é melhor deixar tudo bagunçado, já que não pode dar bronca? Eu gosto das coisas em ordem, pois EU SOU A DONA DA CASA!”* e

ainda que: “as crianças não têm educação, pois não respeitam, não dão bom dia quando chego”, “não me ajudam a carregar alguma coisa quando eu preciso”, “não sabem comer no refeitório”, que “parecem esganadas...” que ali “no Centro elas tem que aprender a ter educação”, pois “se não tiver aqui, não vão ter em lugar nenhum e quando forem ter um emprego elas vão ter que obedecer o patrão”, então ali elas “também deveriam aprender a obedecer”.

Esta fala dá visibilidade a outro analisador histórico que é o tipo de relação que o estabelecimento prioriza e mantém com a população atendida: a relação patrão/empregado de forma fascista. A diretora enquanto patroa exige dos seus empregados adolescentes que estes sejam obedientes, submissos, cumpram todos os seus deveres corretamente como ela quer. Observa-se a indignação da diretora quando colocamos a possibilidade de se pensar em outras maneiras de lidar com aquela situação: “... **é melhor deixar tudo bagunçado então...**” ou seja, dar liberdade de escolha, ter outras opções significa “*bagunça*”. Segundo sua concepção, as regras têm que ser rígidas, com muita ordem, por isso não é possível outra maneira de agir com os adolescentes, outro tipo de relação que não a de obediência e submissão. Para a diretora a clientela precisa aprender no estabelecimento como se dá essa relação patrão/empregado, pois quando eles forem buscar trabalho já estarão prontos e saberão como agir ou seja saberão como ser submisso ao outro.

Cabe salientar que esta não é somente a fala, a concepção da diretora do estabelecimento. Por ocupar esse cargo, por ser a “encarnação do Frei” (criador do estabelecimento), esta concepção acaba sendo o paradigma de trabalho do estabelecimento. Mesmo existindo algumas pessoas que não concordam com tal posição, que pensam numa certa autonomia para a população atendida, a concepção vigente, ou seja, a última palavra é sempre da “dona da casa”.

A frase “eu sou a dona da casa” dá visibilidade à função desse estabelecimento: produzir crianças e adolescentes obedientes, servis, dóceis, enfim toda a tutela e proteção é exercida para normalizar e normatizar essa população para serem obedientes ao capital, escravos da mais valia.

Diante desta fala o grupo se imobilizou, não havendo reações que fossem de encontro com o discurso da diretora. Tal atitude nos faz pensar o quanto eles se subjugam ao poder exercido pela diretora. Mas segundo nossa leitura do movimento grupal e

embasados pelo referencial foucaultiano, sabemos que o poder não está centralizado em algo ou alguém, ou seja ele não é exercido somente de forma vertical, de cima para baixo, do mais forte para o mais fraco, mas sim, de forma transversal, todos têm acesso a ele e podem exercê-lo de alguma forma, “O poder está em toda parte, não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”.(Foucault, 1988, p.89). Entendemos então, que estes funcionários não são vítimas do poder exercido sobre eles, pois permitem que esse poder se exerça. Essa postura passiva diante da relação de poder beneficia-os, na medida em que não produzem resistências a ele. Dessa forma mantêm a dinâmica das relações e do Estabelecimento como está ao mesmo tempo em que exercem esse poder de maneira autoritária e hierárquica sob a clientela atendida e os funcionários responsáveis pelos serviços gerais.

Dessa forma, o analisador histórico utilizado nos deu visibilidade da real função do estabelecimento e quais os paradigmas que engendram a maneira de se trabalhar com esta clientela.

No grupo de adolescentes observamos alguns analisadores históricos específicos: a questão da sexualidade (ficar, namorar, prevenção de DSTs, gravidez, o amor romântico idealizado e dessexualizado), o movimento Hip-Hop, a arte como forma de expressão de afetos, noções de cidadania e direitos humanos, passeios enquanto dispositivo de inscrição social, assim como o desejo de brincar.

Nos passeios atuamos como educadores de rua, como *flâneur*, de forma a não burocratizar os passeios pois, estes eram escolhidos e organizados pelos adolescentes já que cada atitude realizada durante os passeios era decidida conjuntamente com eles. Dessa forma, tiveram a possibilidade de “canibalizar” e problematizar esses espaços se apropriando, questionando não apenas o local em si, mas seus significados, sua importância, bem como o direito de se inscreverem naqueles locais.

Nesse sentido, a prática efetivada pelos grupos de adolescentes desvelou um modo de subjetivação disruptivo em relação à norma médica e a norma familiar, ou seja, o tempo de ser adolescente estava conectado ao desejo de expandir os corpos, conhecer outros lugares, criar, brincar.

Pensando num paradigma ético-estético-político, os acontecimentos agenciados coletivamente os potencializou com alegria para com a vida, na medida que romperam

com o instituído dando passagem a processos de singularização. Com efeito, percebemos uma implicação na criação de novos objetos e brincadeiras e não na reprodução dos já instituídos.

Ter visibilidade desses analisadores históricos nos possibilitou pensarmos sobre o tipo de relações que esse local estabelece com a população atendida e com seus funcionários. Para que este existe? A quem serve? Em prol de quem o serviço é oferecido?

Em relação ao analisador histórico “adolescentes como problemáticos”, pensamos que se a clientela atendida já é vista de antemão sob esta perspectiva, como esses funcionários podem estabelecer uma relação de investimento e alteridade com esses sujeitos? Percebemos que a instituição tanto na figura da diretora quanto na dos educadores, mantém uma relação de desinvestimento na medida em que priorizam o modelo padrão/empregado.

Esses educadores mantêm sua função burocratizada e ocupam um lugar de onipotência, e se justificam pelo fato de terem formação pedagógica. Consideram-se detentores de um saber/poder e o exercem sobre a rede das relações institucionais. Mas, o que observamos na prática é que apesar desse saber científico, os ditos educadores não ocupam seus lugares enquanto tal. Não se permitem afetar pela existência daqueles que justificam seu trabalho (crianças e adolescentes), constituindo dessa forma propostas de intervenções vazias. Subjugam a capacidade de criação e de autonomia dessa população quando estabelecem regras, modelos rígidos a serem seguidos e punições àqueles que escaparem da norma.

Sob o signo da caridade e da compaixão tentam enquadrar a população dentro de padrões religiosos e morais, quando colocam o estabelecimento num lugar de “salvador” dessa clientela atendida, pois esta dependeria do mesmo para evitar a marginalização, a drogadição e a criminalidade. O discurso da caridade e da compaixão produz uma relação de dependência, de estigmatização e de despotencialização da vida e exclusão social, na medida em que esses corpos se submetem a essa tutela, cristalizando esses modos de ser, ao mesmo tempo em que a instituição reafirma sua importância e justifica sua existência sustentando-os. Assim, este estabelecimento existe para seu próprio benefício, para se auto-sustentar e para servir a si próprio.

Transversalizados por este contexto emerge a resistência dos adolescentes a esses modelos cristalizados citados acima. Pensamos que o grupo dos adolescentes foi o lugar possível de virtualizar outros modos de existência, pois através deste ganharam visibilidade seus desejos de criação e inscrição social. O grupo se potencializou quando se tornou um espaço onde estes puderam criar linhas de fuga ao processo de normalização.

Diferentemente, o grupo de funcionários não promoveu movimentos de resistência às relações autoritárias e hierárquicas, como pudemos constatar através de todo o movimento grupal em relação à figura da diretora do estabelecimento. Diante das situações de coerção, os funcionários se mostraram apáticos, sem qualquer manifestação de vontade de mudança.

Como vimos, os analisadores históricos ou construídos nos permitiram fazer uma leitura dos fatos por si mesmos e com isso desvelar as instituições presentes nesse estabelecimento bem como dar visibilidade aos jogos do poder e saber e a administração da gestão diferencial da população. O controle social e a afirmação da pobreza e a exclusão social presentes numa instituição que se pretende o oposto. A homogeneidade dos processos de subjetivação capturados pela tecnologia cristã contribuem e produzem efeitos na população atendida, controlando-a em seus territórios de pobreza.

Nesse sentido, os analisadores históricos nos permitiram cartografar as relações de forças, que atravessam e produzem o sentido da existência dessa instituição, bem como as concepções que engendram as práticas e os discursos veiculados sobre esta população. Percebemos através dessa cartografia um sistema auto-sustentável que garante a existência desse estabelecimento e reafirma o lugar de exclusão social da clientela atendida.

V - Considerações Inconclusivas

Nesse sentido, através do método já citado pudemos elucidar as transversalizações da política, história, da economia e dos fluxos desejantes nesse Estabelecimento, desconstruindo durante os processos grupais mitos sobre a infância e adolescência, historicizando a invenção desses conceitos no século XVIII como conceitos importantes para a formação do Estado e para a instalação da sociedade disciplinar bem como o biopoder.

Ao desnaturalizarmos a caridade e mostrá-la como tecnologia de controle da população pobre (uma das táticas do biopoder) o desenvolvimento da pesquisa-intervenção põe o dedo no olho do furacão. Verdadeiro paradoxo foi intensamente vivido, pois ali, a criança e o adolescente são vistos como não como crianças e adolescentes mas sim como objetos de se obter a salvação divina, através do exercício da piedade, caridade e filantropia, não sendo percebida como tecnologia de controle sobre os corpos.

O processo de normalização e normatização dessa população encontra resistências pelos grupos de adolescentes, como constatamos nos seguintes exemplos: a crítica aos cursos profissionalizantes (marcenaria, bordado, pintura, etc), a ocupação do espaço grupal como meio de instituir novas relações de socialização e inscrição social, as fugas às missas, entre outros.

Podemos ressaltar então, que há uma biopotência lutando contra o biopoder e é nesse embate de forças que a Análise Institucional se insere apostando na utopia ativa e na autogestão desse coletivo. É esse um dos objetivos pelos quais desenvolvemos esta pesquisa/ intervenção nesse Estabelecimento, rompendo de certa forma com a burocracia funcional do mesmo e incitando os adolescentes a criarem e inventarem coletivamente um novo modo de se inscrever na vida, na história, através do apoderamento de suas potencialidades nômades.

Durante o tempo em que realizamos este trabalho encontramos como analisadores históricos: a caridade como tecnologia de controle; a visão do adolescente como problemático, rebelde e indisciplinado; a relação patrão/empregado de forma fascista e autoritária do estabelecimento com a população atendida e seus próprios funcionários.

No grupo de adolescentes observamos alguns analisadores históricos específicos: o ficar como modo de relação atravessado pelo carinho e pelo pecado; o desejo de brincar e a viagem realizada por uma coordenadora do grupo à França. Ainda tivemos as músicas “Velha Infância” e “Já sei Namorar” que se configuraram como analisadores construídos.

Ter visibilidade desses analisadores históricos nos possibilitou pensarmos sobre o tipo de relações que esse local estabelece com a população atendida e com seus funcionários. Para que este existe? A quem serve? Em prol de quem o serviço é oferecido?

Em relação ao analisador histórico “adolescentes como problemáticos”, pensamos que se a clientela atendida já é vista de antemão sob esta perspectiva, como esses

funcionários podem estabelecer uma relação de investimento e alteridade com esses sujeitos? Percebemos que a instituição tanto na figura da diretora quanto na dos educadores, mantém uma relação de desinvestimento na medida em que priorizam o modelo padrão/empregado, de forma fascista e autoritária.

Esses educadores mantêm sua função burocratizada e ocupam um lugar de onipotência, e se justificam pelo fato de terem formação pedagógica. Consideram-se detentores de um saber/poder e o exercem sobre a rede das relações institucionais. Mas, o que observamos na prática é que apesar desse saber científico, os ditos educadores não ocupam seus lugares enquanto tal. Não se permitem afetar pela existência daqueles que justificam seu trabalho (crianças e adolescentes), constituindo dessa forma propostas de intervenções vazias. Subjugam a capacidade de criação e de autonomia dessa população quando estabelecem regras, modelos rígidos a serem seguidos e punições àqueles que escaparem da norma.

Sob o signo da caridade e da compaixão tentam enquadrar a população dentro de padrões religiosos e morais, quando colocam o estabelecimento num lugar de “salvador” dessa clientela atendida, pois esta dependeria do mesmo para evitar a marginalização, a drogadição e a criminalidade. O discurso da caridade e da compaixão produz uma relação de dependência, de estigmatização e de despotencialização da vida, na medida em que esses corpos se submetem a essa tutela, cristalizando esses modos de ser, ao mesmo tempo em que a instituição reafirma sua importância e justifica sua existência sustentando-os. Assim, este estabelecimento existe para seu próprio benefício, para se auto-sustentar e para servir a si próprio.

Dentro desse modo de funcionar o Centro Vocacional Frei Paulino, atende atualmente a terceira geração de assistidos e garante sua manutenção no possível surgimento da quarta geração.

Transversalizados por este contexto emerge a resistência dos adolescentes a esses modelos cristalizados citados acima. Pensamos que o grupo dos adolescentes foi o lugar possível de virtualizar outros modos de existência, pois através deste ganharam visibilidade seus desejos de criação e inscrição social. O grupo se potencializou quando se tornou um espaço onde estes puderam se realizar, criando linhas de fuga ao processo de normalização.

Diferentemente, o grupo de funcionários não promoveu movimentos de resistência às relações autoritárias e hierárquicas, como pudemos constatar através de todo o movimento grupal em relação à figura da diretora do estabelecimento. Diante das situações de coerção, os funcionários se mostraram apáticos, sem qualquer manifestação de vontade de mudança.

Nesse sentido, os analisadores históricos nos permitiram cartografar as relações de forças, que atravessam e produzem o sentido da existência dessa instituição, bem como as concepções que engendram as práticas e os discursos veiculados sobre esta população. Assim gera um sistema auto-sustentável que garante a existência desse Centro, o qual utiliza práticas pedagógicas autoritárias que visam a contenção e a manutenção da população pobre associada ao mito de que ela é em sua essencialidade perigosa à borda da sociedade, porém travestidas de táticas de inclusão social e assim sendo reafirma o lugar de exclusão social da clientela (contudo, devemos ressaltar que nosso trabalho foi de produzir subjetividades que resistissem a essa força burocratizada, criando novas e outras filiações sociais junto a população atendida).

VI - Bibliografia

- BAREMBLITT, G. *Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes*. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1994.
- BARROS, R.D.B. *Grupo e Produção*. In: Barembritt, G. *Saúde e Loucura*. São Paulo: Hucitec, n.4, p. 145-154, s/d.
- CAPONI, S. *Da Compaixão à Solidariedade*. Uma genealogia da assistência médica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- RABINOW, P. & DREYFUS, H. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- RAGO, M. *Do cabaré ao lar: a utopia da sociedade disciplinar*. São Paulo: Paz e Terra, 1985
- Relatório do Estabelecimento*. Candido Mota, 1999.
- RODRIGUES, H.B.C; LEITÃO, M.B.S; BARROS, R.D.B. *Grupos e Instituições em Análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.